

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

CNPJ 01.396.770/0001-68



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, em consonância com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer Atuarial dos Auditores Independentes. Informamos que apresentamos o detalhamento das deliberações das Assembleias de Acionistas referente à movimentação do Patrimônio Líquido na nota explicativa nº 13.

Desempenho das operações
Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 154,2 milhões representando uma redução de 37% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação se dá em decorrência da alteração do painel de resseguros das empresas com partes relacionadas.

O índice de sinistralidade ficou em 109% que combinado com o resultado de retrocesso se estabeleceu em 88% do prêmio ganho, esse índice se encontra 5 pontos percentuais abaixo ao mesmo período do ano anterior, demonstrando uma melhoria nos procedimentos de retenção. As despesas com corretagem atingiram 1% dos Prêmios Ganhos, permanecendo no mesmo patamar em relação ao período do ano anterior. As despesas administrativas representaram 4,7% dos Prêmios Ganhos, representando um incremento de 1,8 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior, esse aumento é decorrente da redução dos prêmios de resseguros líquidos. O lucro líquido do período atingiu R\$ 25,4 milhões apresentando um incremento de 30% em relação ao mesmo período de 2014, observa-se essa variação por consequência do aumento da retenção dos riscos no programa de retrocesso de 2015, uma subscrição baseada em solvência e uma adequada política de investimentos.

Perspectivas e planos futuros
A MAPFRE RE do Brasil está presente no mercado brasileiro há mais de 7 anos, com Resseguradora Local, sendo uma das primeiras resseguradoras internacionais a apoiar e confiar neste mercado, contribuindo desde então

para a consolidação do mercado aberto de resseguros. A estratégia da Companhia é a de manter a prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, controlar as despesas administrativas, contribuir para a estabilização das regras aplicáveis à atividade de resseguro e das práticas de mercado, focando na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam a MAPFRE RE em sua atividade global.

Capacidade Financeira
Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 517/15, com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, a MAPFRE RE do Brasil declara ter capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento", detalhados em nota explicativa específica.

Agradecimentos
A Administração da MAPFRE RE do Brasil aproveita a oportunidade para agradecer o apoio e orientações oferecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e às demais autoridades do setor, bem como aos nossos acionistas, parceiros e clientes pela confiança depositada e, aos nossos profissionais, pela dedicação, qualidade e técnica nos trabalhos prestados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Notas	2015	2014
Ativo			
Circulante			
Disponível		497.885	445.399
Caixa e bancos	4	21.111	13.870
Equivalentes de caixa	4	171	90
Aplicações	5	259.422	219.598
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a1	129.460	135.260
Operações com seguradoras	6a1	89.266	110.903
Operações com resseguradoras	6a1	40.194	24.357
Ativos de resseguros e retrocesso - provisões técnicas	15	79.562	66.891
Títulos e créditos a receber		8.154	9.774
Títulos e créditos a receber			11
Créditos tributários e previdenciários	7	8.114	9.720
Outros créditos		5	6
Despesas antecipadas		4	6
Ativo não circulante		179.812	163.226
Realizável a longo prazo		175.391	158.696
Aplicações	5	62.968	60.521
Ativos de resseguros e retrocesso - provisões técnicas	15	112.423	98.175
Imobilizado	8	4.417	4.528
Imóveis de uso próprio		4.061	4.122
Bens móveis		356	406
Intangível	8	4	2
Outros intangíveis		4	2
Total do ativo		677.697	608.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas	2015	2014
Passivo			
Circulante			
Créditos a pagar		311.478	284.330
Obrigações a pagar		10.697	9.048
Obrigações a pagar		8.008	5.729
Impostos e encargos sociais a recolher		1.507	1.112
Encargos trabalhistas		607	621
Impostos e contribuições	11	575	1.586
Débitos de operações com seguros e resseguros		34.063	33.859
Operações com seguradoras	6a2	32.882	33.195
Corretores de resseguros		1.181	664
Depósitos de terceiros	10	11.174	4.796
Provisões técnicas - resseguradoras	15	255.544	236.927
Passivo não circulante		216.993	191.856
Contas a pagar		2.809	3.019
Outras contas a pagar	12	2.809	3.019
Provisões técnicas - resseguradoras	15	214.184	188.937
Patrimônio líquido	13	149.226	132.039
Capital social		84.840	84.840
Reservas de lucros		64.386	47.199
Total do passivo e do patrimônio líquido		677.697	608.625

Total do passivo e do patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Capital social	Legal	Reserva de lucros Estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	84.840	2.814	30.856	-	118.510
Resultado do exercício	-	-	-	19.453	19.453
Proposta de distribuição do lucro do exercício:					
Reserva legal	-	973	-	(973)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	12.556	(5.924)	(5.924)
Reserva estatutária	-	-	(12.556)	(2.546)	(2.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	84.840	3.787	43.412	-	132.039
Resultado do exercício	-	-	-	25.438	25.438
Proposta de distribuição do lucro do exercício:					
Reserva legal	-	1.272	-	(1.272)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	15.915	(8.251)	(8.251)
Reserva estatutária	-	-	(15.915)	(15.915)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	84.840	5.059	59.327	-	149.226

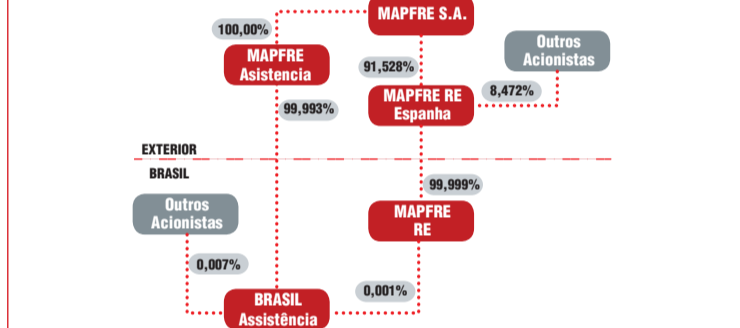
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (doravante designada por "Resseguradora" ou "Companhia"), com sede no Brasil, à Rua Olimpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocesso, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima. Em 14 de novembro de 2008, por meio da Portaria SUSEP nº 3.094, a MAPFRE RE Assessoria Ltda. passou a denominar MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e por consequência teve a alteração do tipo jurídico, de sociedade limitada para sociedade anônima fechada e concedeu à Resseguradora autorização para operar como resseguradora local nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.

O controle acionário da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros é exercido pela MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, tendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros.



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Base de preparação**
Em consonância à Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Resseguradora.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2016.

b) **Base para mensuração e moeda funcional**
As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Resseguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço.

c) **Uso de estimativas e julgamentos**
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem:

(i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil;

- Nota 3b e 5 - Ativos financeiros e Aplicações financeiras;
- Nota 3k e 19 - Imposto de renda e contribuição social;
- Nota 3i e 15 - Provisões técnicas; e
- Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras.

d) **Segregação entre circulante e não circulante**
A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido, como por exemplo, as provisões e ativos ligados às provisões técnicas, tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo não circulante através dos percentuais apurados pelo estudo do Teste de Adequação de Passivo (TAP).

e) **Novas normas e interpretações ainda não adotadas**
Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Resseguradora, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes
A IFRS 15 substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.
Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados:

a) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor justo, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas.

b) **Ativos financeiros**
A Resseguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) empréstimos e recebíveis; e (v) determinação do valor justo. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

i. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como disponível para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Resseguradora gere tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**
São classificados nessa categoria até a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. **Ativos financeiros disponíveis para venda**
Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período.

iv. **Empréstimos e recebíveis**
Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de operações de resseguro sob investimentos, e valores a receber e direitos junto a retrocessionários, que são avaliados periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do período.

v. **Determinação do valor justo**
Os valores justos têm sido apurados com a finalidade de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

c) **Contratos de resseguros**
A Resseguradora emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Seguradoras e Resseguradoras (denominadas "cedentes"). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro visto que é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11.

d) **Prêmios de resseguros e custo de aquisição diferido**
Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos em retrocesso e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos e apropriados ao resultado ao longo do período de vigência do risco. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes.

Essas estimativas são recalculadas mensalmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocesso e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados aos resultados ao longo do período de cobertura dos riscos ressegurados.

e) **Imobilizado**
O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Resseguradora estão divulgadas abaixo:

Grupo de ativos	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação (%)
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

f) **Intangível**
Compreende substancialmente licenças de software apresentadas na nota explicativa nº 8 cuja amortização é efetuada a taxas anuais de 20%.

g) **Redução ao valor recuperável**
Ativos financeiros
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Ativos não financeiros
Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

h) **Teste de adequação do passivo**
Conforme requerido pelo CPC 11 - Contrato de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517/2015. Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas alinhadas. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de segmentos de negócios e premissas alinhados com a sua gestão dos riscos de resseguro, considerando-se a experiência do Grupo Empresarial da Resseguradora no Brasil e na América Latina. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente considerando as taxas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Caso seja identificada insuficiência das provisões de prêmios, deve ser constituída a provisão complementar de cobertura para reconhecer esse montante. Os ajustes decorrentes de insuficiência nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base.

As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada (SUSEP)
Grupo de ramo	Sinistralidade
Resseguros de Danos	106,1%
Resseguro de Pessoas	69%
i) Provisões técnicas	
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A provisão de adequação de adequação é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data do balanço e o cálculo é realizado através da Circular SUSEP nº 517/2015. A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), é constituída, por meio de estimativa, para complementar a PSL na cobertura do desenvolvimento dos sinistros ocorridos que tenham sido avisados ou não e que não foram pagos, visando adequar o passivo com o estudo do índice de sinistralidade histórica em relação à sinistralidade apurada através da Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL e IBNR. A provisão de excedentes técnicos (PET), é constituída para os contratos com cláusulas de comissões variáveis em função de sinistralidade e a participação em lucros e/ou perdas, estimando-se individualmente o valor destinado à distribuição de excedentes. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar de sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Os ativos de retrocesso são representados por valores a receber de resseguradores e são avaliados consistentemente com o passivo de resseguro que foram objeto de retrocesso e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios a serem pagos por contratos de retrocesso, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocesso são amortizados durante o período de vigência do risco dos contratos.	

Os ativos de retrocesso são representados por valores a receber de resseguradores e são avaliados consistentemente com o passivo de resseguro que foram objeto de retrocesso e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios a serem pagos por contratos de retrocesso, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocesso são amortizados durante o período de vigência do risco dos contratos.

j) **Patrimônio líquido**
i. **Capital social**
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 83.494.279 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.
ii. **Juros sobre o capital próprio**
A distribuição de juros sobre o capital próprio para os acionistas da Resseguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Resseguradora. Para fins de divulgação é realizada a demonstração a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMLP) conforme estabelecido pela SUSEP. O benefício tributário dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.
iii. **Dividendos**
Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são reconhecidos quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas.
iv. **Reserva legal**
É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido no final de cada exercício até atingir 20% do capital social.
v. **Reservas estatutárias**
O montante de lucros não destinado à remuneração dos acionistas e à reserva legal será retido em reservas estatutárias, até o limite do capital social no final de cada exercício.
k) **Imposto de renda e contribuição social**
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. As antecipações das estimativas mensais realizadas a título de imposto de renda e contribuição social são registradas como redutoras na linha de "Impostos e contribuições" no passivo circulante.

l) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência. A Reconhecimento de receita
A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos cancelamentos, devoluções, abatimentos e dos descontos concedidos. O reconhecimento ocorre quando: (i) o valor desta pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e, (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

ii. **Prêmios emitidos**
Os prêmios emitidos contemplam os prêmios efetivos acrescidos da parcela de prêmios estimados (EPI), sendo reconhecidas na data do início de vigência do contrato de resseguro e ajustados quando do recebimento das prestações de conta recebidas das cedentes.

iii. **Receitas e despesas financeiras**
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos.

m) **Participação nos lucros**
A Resseguradora registra mensalmente a provisão da participação nos lucros com base no programa anual de participação dos empregados nos lucros da Resseguradora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Títulos	21.111	13.780
Caixa e bancos	21.111	13.780
Aplicações em fundos de alta liquidez não oferecidos em garantia das provisões técnicas	171	90
Equivalentes de caixa	171	90
Total	21.282	13.870

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Composição das aplicações financeiras**

	2015	2014
	Ajuste	
% Cate- goria	Valor contábil	Valor justo
Títulos		
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	80,46%	259.422
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10,06%	32.468
Fundos exclusivos:		
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:		
Operações compromissadas (*)	70,39%	226.946
Títulos da Dívida Agrária - TDA	0,01%	8
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	19,54%</	

6. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS E RESEGUADORAS

a) Operações com seguradoras e resseguradoras

a.1) *Creditos das operações com seguros e resseguros*

Os saldos de crédito de operações com seguradoras e resseguradores estão assim apresentados:

	2015	2014
Operações com seguradoras		
Prêmios de resseguros aceitos estimados - EPI (a)	33.223	33.351
Prêmios de resseguros aceitos efetivos (b)	56.043	77.552
Total	89.266	110.903

Operações com resseguradoras

Prêmios de retrocessão aceitos estimados - EPI (a)

Prêmios de retrocessão aceitos efetivos (b)

Sinistros a recuperar

Outros créditos a receber

	2015	2014
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	6.112	9.713
Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (b)	26.770	23.482
Total	32.882	33.195

(a) Vide nota 6b2.

(b) Vide nota 6b1.

a.2) *Débitos de operações com seguros e resseguros*

Os saldos de débito de operações com resseguradores estão assim apresentados:

	2015	2014
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	6.112	9.713
Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (b)	26.770	23.482
Total	32.882	33.195

(a) Vide nota 6b2.

(b) Vide nota 6b1.

b) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos*

b.1) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2015	2014	2015	2014
Patrimonial	26.390	45.154	11.989	15.479
Riscos financeiros	7.234	6.988	6.381	4.909
Transportes	7.511	6.648	1.735	1.117
Pessoas coletivo	4.730	5.108	632	1.056
Pessoas individual	325	1.576	-	-
Automóvel	1.393	230	946	-
Rural	1.658	1.613	735	-
Habitacional	767	5.688	-	(267)
Aeronáutica	909	1.189	17	114
Responsabilidade civil	267	787	79	90
Marítimos	577	2.466	137	500
Riscos especiais	4.315	121	4.119	-
Total	56.070	77.568	26.770	23.482

b.2) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2015	2014	2015	2014
Patrimonial	17.168	17.546	1.323	2.756
Riscos financeiros	6.286	5.143	3.752	3.292
Automóvel	-	411	4	293
Pessoas coletivo	4.858	2.658	-	-
Habitacional	2.257	1.851	-	-
Pessoas individual	2.256	3.111	415	415
Rural	420	2.817	420	2.806
Marítimo	428	406	35	33
Responsabilidade civil	249	233	163	113
Transportes	552	14	-	-
Total	34.474	34.190	6.112	9.713

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de Operações com Seguradoras e Operações com Resseguradoras. Vide nota 6a1.

(**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de Débitos de Operações com seguros e resseguros. Vide nota 6a2.

c) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos*

c.1) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2015	2014	2015	2014
Saldo início do período	77.568	54.857	23.482	58.745
Constituições/(baixas)	(21.498)	22.711	3.285	(35.263)
Saldo final do período	56.070	77.568	26.770	23.482

c.2) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos estimados*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2015	2014	2015	2014
Saldo início do período	34.190	35.723	9.713	9.786
Constituições/(reversões)	284	(1.533)	(3.601)	(73)
Saldo final do período	34.474	34.190	6.112	9.713

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de Operações com seguradoras e Operações com resseguradoras.

(**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de Débitos de operações com seguros e resseguros.

d) *Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos*

d.1) *Prazos médios de recebimento*

A Resseguradora possui diversos contratos de resseguro, os quais possuem acertos e prazos médios de pagamentos distintos, o prazo de parcelamento médio em 2015 é de 70 dias (66 dias em 2014).

d.2) *Prazos de realização por data de vencimento dos prêmios emitidos*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (b)	
	2015	2014	2015	2014
Vincendos				
1 a 30 dias	1.830	9.533	19.408	21.811
31 a 60 dias	3.301	10.608	-	-
61 a 120 dias	27.778	38.588	-	-
121 a 180 dias	2.724	1.648	-	-
181 a 365 dias	3.849	3.726	-	-
Acima de 365 dias	334	-	-	-
Total vincendos	39.816	64.103	19.408	21.811

d.3) *Prazos médios de realização por data de vencimento dos prêmios estimados (EPI)*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (b)	
	2015	2014	2015	2014
Vincendos				
1 a 30 dias	316	486	-	-
31 a 60 dias	348	1.456	-	-
61 a 120 dias	625	53	5.049	(31)
121 a 180 dias	3.423	2.076	-	-
181 a 365 dias	2.519	4.131	475	1.419
Acima de 365 dias	9.023	5.263	1.838	283
Total vincendos	16.254	13.465	7.362	1.671

(a) Vide nota 6a1.

(b) Vide nota 6a2.

A Resseguradora desenvolveu estudo interno com relação à Provisão de Créditos para Liquidação Duvidosa (PCLD), e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não identificou necessidade de constituir a respectiva provisão.

d.3) *Prazos médios de realização por data de vencimento dos prêmios estimados (EPI)*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (b)	
	2015	2014	2015	2014
Vincendos				
1 a 30 dias	18.194	19.615	-	-
31 a 60 dias	15.534	13.757	-	-
61 a 120 dias	-	746	818	-
Total de prêmios a receber (EPI)	34.474	34.190		

Os critérios de realização foram compostos de acordo com o prazo de envio da prestação de contas definido nos contratos de resseguro.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Circulante

	2015	2014
Imposto de renda a compensar	2.317	5.275
Antecipação do imposto de renda (a)	1.783	673
Contribuição social a compensar	1.291	3.272
Antecipação da contribuição social (a)	1.423	323
COFINS a compensar	937	-
PIS a compensar	155	3
Impostos retidos órgãos públicos	116	116
Imposto de renda sobre adições temporárias	51	32
Contribuição social sobre adições temporárias	41	19
Outros impostos	-	7
Total	8.114	9.720

(a) Nestas rubricas, são registrados os pagamentos de estimativa mensais do imposto de renda e contribuição social pagos a maior no exercício.

8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	2015					2014				
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação final	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação final
Imobilizado	4.122	-	-	-	(61)	4.061	-	-	-	(54)
Imóveis (a)	4.122	-	-	-	(61)	4.061	-	-	-	(54)
Móveis e utensílios	232	28	-	-	(26)	206	120	-	-	(18)
Veículos	120	-	-	-	(5)	115	-	-	-	(2)
Equipamentos	54	27	-	-	(25)	56	-	-	-	(2)
Total	4.528	55	-	-	(166)	4.417	-	-	-	(162)

(a) O valor registrado na rubrica de "Imóveis" compreende o terreno e a edificação onde está localizado o escritório de propriedade da Resseguradora. Em dezembro de 2011, após a conclusão do laudo de avaliação de vida útil do imóvel realizada por empresa especializada, a Resseguradora recalculou a depreciação anual do imóvel cuja vida útil passou de 25 para 50 anos, o qual ficará com um valor residual de R\$ 1.400.

Intangível

	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Amortização	Saldo final
Licenças de softwares	2	4	-	(2)	4
Total	2	4	-	(2)	4

Intangível

	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Amortização	Saldo final
Licenças de softwares	1	-	5	(4)	2
Total	1	-	5	(4)	2

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

Partes relacionadas	País	Descrição	2015	2015	2014	2014
			Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Espanha	Prêmios cedidos em retrocessão	(13.253)	(19.217)	(14.364)	(31.239)
		Recuperação de sinistros	7.131	21.347	4.530	23.744
		Outras receitas operacionais	355	906	145	1.277
MAPFRE Intl. de Seg y Reaseguros S.A.	Espanha	Operações de retrocessão	(1.260)	(937)	(1.034)	3.374
Grupo MAPFRE	Brasil	Outros créditos a receber	398	40	23	74
		Operações de resseguro	8.397	(4.113)	41.447	74.319
		Operações de seguros	-	(28)	-	(27)
		Operações de previdência privada	-	(119)	-	(88)

A Resseguradora efetuou operações de resseguro com empresas do Grupo BB e MAPFRE e Grupo MAPFRE Serviços Financeiros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2015	2014
Honorários de diretoria	1.754	1.802
Encargos sobre honorários da diretoria	518	689
Participação nos lucros	475	262

A Resseguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. Os saldos superacionados estão registrados na rubrica "Despesas administrativas".

10. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os saldos de depósitos de terceiros estão assim apresentados:

	2015	2014
De 1 a 30 dias	2.108	1.961
De 31 a 60 dias	878	5
De 61 a 120 dias	1.642	92
De 121 a 180 dias	1.270	37
De 181 a 365 dias	4.561	1.160
Superior a 365 dias	715	581
Total	11.174	4.796

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Circulante

	2015	2014
Imposto de renda a recolher	7.792	5.578
Antecipação de imposto de renda	(6.792)	(5.578)
Contribuição social a recolher	6.271	3.372
Antecipação de contribuição social	(6.271)	(3.372)
COFINS a recolher	495	1.364
PIS a recolher	80	22
Total	575	1.586

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2015	2014
Não circulante		
COFINS a recolher	2.417	2.597
PIS a recolher	392	422
Total	2.809	3.019

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) *Capital social*

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por R\$ 84.840, dividido em 83.494.279 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas/quotistas	Quantidade de ações		Valor (em R\$)	
	2015	2014	2015	2014
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	83.494.278	83.494.278	84.839.583	84.839.583
Brasil Assistência S.A.	1	1	1	1
Total	83.494.279	83.494.279	84.839.584	84.839.584

b) *Juros sobre o capital próprio*

Em 31 de dezembro de 2015, de acordo com a deliberação dos acionistas, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base nos resultados apurados no exercício de 2015 no valor de R\$ 8.251 (R\$ 5.924 em 2014). O benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do lucro sobre o capital próprio foi de R\$ 3.713 (R\$ 2.370 em 2014). O valor da distribuição de juros sobre o capital próprio estava provisionado na rubrica de "Obrigações a pagar" em 31 de dezembro de 2015.

c) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2015, e de R\$ 5.059 (R\$ 3.787 em 2014).

d) *Reserva de lucros*

A reserva de lucros é constituída com a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição de reserva legal e a distribuição de dividendos e é constituída até o limite do capital social. Em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 59.327 (R\$ 43.412 em 2014).

14. DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E EXIGÊNCIA DO CAPITAL (EC)

O objetivo da Resseguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de maximizar o retorno sobre o capital dos acionistas.

15. PROVISÕES TÉCNICAS

Detalhamento das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Provisão de excedentes técnicos (PET)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Patrimonial	41.715	62.132	29.506	30.14	207.150	180.953	2.063	1.733
Riscos especiais	131	396	617	1.598	10.392	512	-	-
Responsabilidade civil	1.398	1.702	3.537	834	14.791	5.274	10	10
Automóvel	1.157	1.416	1.532	219	2.448	163	11	4
Transportes	5.761	5.762	1.899	2.885	20.490	14.671	-	-
Riscos financeiros	11.032	8.955	4.975	4.987	26.001	16.994	3.005	2.497
Pessoas coletivo	3.271	4.569	5.090	8.595	15.371	19.983	4.810	4.391
Habitacional	3.749	4.129	2.123	2.304	5.102	3.694	3.039	1.404
Rural	962	2.642	2.724	1.288	3.957	2.859	-	-
Pessoas individual	1.016	1.572	729	499	1.020	1.186	44	659
Marítimos	969	1.682	3.560	1.093	18.186	4.020		

A Resseguradora avaliou os ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão, conforme tabela abaixo:

Resseguradores	Rating S&P	Ativo (*)			Passivo		
		2015	2014	2015	2014	2015	2014
Local	Sem rating	8.036	88	7.948	4.548	243	4.305
Admitida	A+	83.216	14.592	68.624	70.689	16.303	54.386
	AA-	7.284	1.420	5.864	4.151	788	3.363
	A	40.831	15.419	25.412	37.200	14.364	22.836
Eventual	Sem rating	11.210	1.845	9.365	7.914	1.497	6.417
Total		150.577	33.364	117.213	124.502	33.195	91.307

(*) O valor está composto pela Provisão de Sinistros a Liquidar mais a rubrica "Operações com Resseguradores". Durante o período, não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não foi constatada evidência objetiva de deterioração em passivos de retrocessão. Não foram identificadas evidências objetivas para constituição do impairment de resseguro e/ou retrocessão.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos instrumentos financeiros.

A Resseguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de liquidez:

A política da Resseguradora está baseada em manter saldos em tesouraria com valores suficientes para cobrir qualquer eventualidade derivada de suas obrigações com cedentes, retrocessionários, fornecedores e prestadores de serviço. A política de investimentos a respeito das operações de resseguros consiste no casamento dos vencimentos das aplicações com as obrigações contraídas pelos contratos de resseguros. Com objetivo de minimizar a exposição a este risco, adicionalmente, a maioria das aplicações de renda fixa são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional com elevada qualificação de liquidez.

Ativo	2015			2014		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Caixa e equivalente de caixa	21.111	-	-	21.111	13.870	-
Aplicações (*)	296.153	10.937	15.300	322.390	198.966	35.866
Créditos das operações com seguros e resseguros	129.460	-	-	129.460	135.260	-
Ativos de resseguros	79.562	102.164	10.259	191.985	66.891	91.335
Títulos e créditos a receber	9.336	-	-	9.336	9.774	-
Despesas antecipadas	5	-	-	5	6	-
Total ativo	535.627	113.101	25.559	674.287	424.767	127.201
Passivo						
Provisões técnicas - resseguradoras	255.544	193.018	21.166	469.728	236.927	177.870
Contas a pagar	10.697	3.991	-	14.688	9.048	3.019
Débitos das operações com seguros e resseguros	34.063	-	-	34.063	33.859	-
Depósito de terceiros	11.174	-	-	11.174	4.796	-
Total passivo	311.478	197.009	21.166	529.653	284.630	180.889

(*) Existem saldos registrados nos fundos de investimentos classificados como "Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado", com vencimentos superiores a 1 ano, que podem ser negociados, se necessário for, antes mesmo de seu vencimento.

Risco de mercado

Risco de mercado consiste no risco de flutuações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço).

A política da Resseguradora para risco de mercado estabelece a realização periódica de análise de sensibilidade do valor da carteira de aplicações ao risco de mercado através do Comitê de Investimentos.

(a) **Risco de taxa de câmbio:** risco de moeda é o risco de flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. As transações da Resseguradora são realizadas em reais. Para o risco de moeda, a Resseguradora mantém avaliação sobre o risco de descausamento de saldos ativos e passivos em moeda estrangeira. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas (diferença entre ativos e passivos de operações em moeda estrangeira), com o propósito de identificar o grau de exposição e descausamento. Em 31 de dezembro de 2015, a Resseguradora possui uma exposição líquida ativa em moeda estrangeira na ordem de R\$ 29.998 (R\$ 20.762 em 2014).

(b) **Risco de taxa de juros de mercado:** o risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Resseguradora a risco de juros a valor justo.

Sensibilidade a taxas de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Resseguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos-base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos financeiros mantidos até o vencimento", são ativos que não serão resgatados antes do seu vencimento, uma vez que a Companhia possui plena capacidade financeira de mantê-los até o seu final. Ainda sim, os títulos classificados nessa categoria não foram excluídos da base para a análise de sensibilidade. Do total de R\$ 322.390 (R\$ 280.119 em 2014) de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas no valor de R\$ 226.946 (R\$ 190.920 em 2014), R\$ 62.968 (R\$ 60.521 em 2014) são ativos classificados como "ativos financeiros mantidos até o vencimento", e o restante de R\$ 259.422 (R\$ 219.598 em 2014), são ativos classificados como "ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado".

DIRETORIA

Diretor-Presidente:
Ricardo S. Mariano

Adriana Mantuanelli
Fredí Martins Curquejo

Diretores Estatutários:

Juan Bosco Francoy Olague
Ramón Aymerich Portuondo

Contador:

Valdirene Veiga da Silva
CRC 15P200328/O-7

Atuário:

Fabio Marcondes de Sousa
MIBA nº 1360

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("Resseguradora"), em 31 de dezembro de 2015, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Resseguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das

provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Resseguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário - MIBA nº 1131

Anexo I

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

(Em milhares de Reais)

1. Provisões técnicas e ativos de retrocessão	31/12/2015
Total de provisões técnicas	469.728
Total de ativo de retrocessão	191.985
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2015
Provisões técnicas (a)	469.728
Valores redutores (b)	206.603
Total a ser coberto (a-b)	263.125
3. Demonstrativo do capital mínimo	31/12/2015
Capital-base (a)	60.000
Capital de risco (b)	48.881
Exigência de capital (CMR) (máximo de a e b)	60.000
4. Demonstrativo da solvência	31/12/2015
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	149.217
Exigência de capital (CMR) (b)	60.000
Suficiência/(insuficiência) do PLA (c = a - b)	89.217
Ativos garantidores (d)	322.390
Total a ser coberto (e)	263.125
Suficiência/(insuficiência) dos ativos garantidores (f = d - e)	59.265
Ativos líquidos (g)	59.265
Capital de risco (CR) (h)	48.881
Índice de liquidez em relação ao CR % (*) (g/h)	121,24%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2015
01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09; 10; 11; 12; 13; 14; 15	4.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Resseguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiu relatório de auditoria datado de 24 de fevereiro de 2015, que não conteve nenhuma modificação.



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 15P224130/O-0